



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SÉTIMA CÂMARA

Lam-4

Processo nº : 13807.000042/94-42
Recurso nº : 116.388
Matéria : IRPJ – Ex.: 1992
Recorrente : MN - CONSTRUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA
(SUCESSORA DE M.N. CONSTRUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS S.A)
Recorrida : DRF em SÃO PAULO -SP
Sessão de : 20 de agosto de 1998
Acórdão nº. : 107-05.242

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL-CORREÇÃO DE INSTÂNCIA
– Compete às Delegacias da Receita Federal de Julgamento, nos termos do artigo 2º da Portaria SRF nº 4.980/94, julgar os processos referentes à inconformidade dos contribuintes manifestada contra as decisões proferidas pelos Delegados da Receita Federal.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por MN - CONSTRUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA (SUCESSORA DE M.N. CONSTRUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS S.A).

ACORDAM os Membros da Sétima Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, DECIDIR pela correção de instância, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Francisco de Sales Ribeiro de Queiroz
FRANCISCO DE SALES RIBEIRO DE QUEIROZ
PRESIDENTE

Carlos Alberto Gonçalves Nunes
CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES
RELATOR

FORMALIZADO EM 25 SET 1998

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: MARIA ILCA CASTRO LEMOS DINIZ, NATANAEL MARTINS, PAULO ROBERTO CORTEZ, EDWAL GONÇALVES DOS SANTOS, FRANCISCO DE ASSIS VAZ GUIMARÃES e MARIA DO CARMO SOARES RODRIGUES DE CARVALHO.

Processo nº : 13807.000042/94-42
Acórdão nº : 107-05.242

Recurso nº : 116.388
Recorrente : MN - CONSTRUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA (SUCESSORA DE M.N. CONSTRUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS S.A)

RELATÓRIO

MN - CONSTRUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA. recorre a este Colegiado (fls. 72/78) contra a decisão do Sr. Chefe da Divisão de Tributação da Delegacia da Receita Federal em São Paulo/Leste – SP. (fls. 60) que indeferiu as suas petições de fls. 1/4 e 27/30 em que pleiteia o reconhecimento da não incidência de multa de mora no recolhimento espontâneo de diferença de imposto de renda e contribuição social, respectivamente, referentes ao ano calendário de 1992.

Segundo o ato recorrido, a empresa que não fora sequer notificada pelo fisco a recolher a multa de mora, buscava apenas uma medida preventiva contra futura cobrança. Sustenta a referida autoridade a legitimidade da multa de mora no recolhimento das obrigações. Determinou a intimação da parte para o devido recolhimento, o que ocorreu em 22/09/95.

Irresignada, a empresa recorre a este Colegiado, através da petição de fls. 72/78, sustentando a improcedência da multa de mora, com base no art. 138 do Código Tributário Nacional, quando o contribuinte, antecipando-se a qualquer medida do fisco, recolhe espontaneamente tributo ou contribuição devidos. Cita jurisprudência administrativa nesse sentido.

É o relatório.

Processo nº : 13807.000042/94-42
Acórdão nº : 107-05.242

V O T O

Conselheiro CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES, Relator

Recurso tempestivo e assente em lei, dele tomo conhecimento.

A competência para julgar em primeira instância a manifestação de inconformidade do contribuinte contra a decisão dos Delegados da Receita Federal é dos Delegados da Receita Federal de Julgamento (art. 2º da Portaria 4.980/94 do SRF).

Desta forma, a petição de fls. 227/240, embora formalizada como recurso e dirigida a este Conselho de Contribuintes, deve ser recebida como se impugnação fora, e composto o litígio, em primeiro grau, pelo Delegado da Receita Federal de Julgamento da jurisdição, no caso, pelo DRJ em São Paulo- SP.

Nesta ordem de juízos, voto no sentido de corrigir-se a instância, restituindo-se os autos à repartição de origem para encaminhamento do processo à DRJ de sua jurisdição.

Sala das Sessões - DF, em 20 de agosto de 1998


CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES